



Buenos Aires recebe visita de
deputados europeus após rodada **2**

Acordos comerciais e parcerias:
atualização **3**

OMC: UE aposta em reformas de
instrumentos de defesa comercial
para enfrentar aço chinês **4**

INFORMATIVO DE BRUXELAS



Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Negociações UE-Mercosul: rodada concluída com “sucesso”, afirma Comissão Europeia

A XXVI Sessão do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-União Europeia teve lugar em Bruxelas de 10 a 14 de outubro, seguindo a troca de ofertas no último mês de maio. A ocasião marcou a primeira rodada de negociações do Acordo de Comércio UE-Mercosul desde 2012.

A rodada foi descrita como um “sucesso” pela Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia (DG TRADE), com progresso tendo sido reportado em uma ampla gama de temas. A próxima rodada está prevista para o próximo mês de março, em Buenos Aires.

A nível de grupos de trabalho foram discutidos comércio em bens; regras de origem; questões aduaneiras e de facilitação comercial; barreiras técnicas ao comércio (TBT); questões sanitárias e fitossanitárias (SPS); instrumentos de defesa comercial; subsídios; resolução de controvérsias; serviços e estabelecimento; compras governamentais; propriedade intelectual; concorrência e empresas governamentais.

Em **comércio de bens**, foi produzido texto consolidado incluindo as propostas recentemente apresentadas por cada parte. Durante as negociações foi acordado o escopo do capítulo. Segundo a UE, há necessidade de maior discussão quanto às disposições sobre indústria nascente, valores

máximos de tarifa, tarifas de exportação e restrições à exportação, administração de quotas tarifárias, entre outros.

Foi também consolidado texto de negociação para **regras aduaneiras e facilitação de comércio**. A base do capítulo são os compromissos assumidos no Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, podendo “ir além” do mesmo, “onde possível”, segundo a DG TRADE.

Na rodada foi revisado o texto existente relativo a **comércio em serviços e estabelecimento**. As partes chegaram a um acordo quanto às disposições gerais e finais do capítulo, e também sobre a seção relativa às exceções. Ademais, foram discutidas propostas da UE sobre serviços de transporte marítimo internacional, a serem retomadas na próxima rodada.

As partes abordaram ainda o texto consolidado para o capítulo sobre **solução de controvérsias**. O intercâmbio teria sido amplo, englobando inclusive “matérias complicadas”, segundo a Comissão, como audiências abertas e retaliação cruzada.

Em matérias de **TBT**, foram discutidas boas práticas na adoção de normas técnicas, padrões, procedimentos de avaliação de conformidade, transparência, entre outros. A UE assinalou

continua

interesse em disciplinas específicas para setores como automóveis e engenharia. Devido a mudanças regulatórias na área nos últimos anos, no entanto, o texto utilizado em 2012 deverá ser ainda modificado.

No que toca **propriedade intelectual**, a UE apresentou proposta revisada e forneceu esclarecimentos ao Mercosul. Discussão foi mantida em torno de tópicos como direitos autorais, marcas registradas, patentes, proteção de dados e fornecedores. Um texto consolidado nesta área ainda deverá ser alcançado. Em matéria de concorrência, foi mantida grande parte do texto negociado, o qual poderá servir como base para a construção de novo texto consolidado.

Nas discussões sobre **regras de origem**, as partes esclareceram suas respectivas posições quanto a produtos agrícolas, e também discutiram propostas da UE para regras a produtos químicos, têxteis, máquinas e eletrônicos para consumidores.

Por fim, no que toca a **compras governamentais**, as partes haviam trocado textos anteriormente à

rodada. A proposta europeia possui como base o *Revised Agreement on Government Procurement* da OMC, com algumas adaptações. As partes chegaram a um acordo sobre aspectos do texto como o escopo, exceções à segurança e defesa, e compras eletrônicas.

A nível de negociadores-chefe, foi discutido o **Comércio e Desenvolvimento Sustentável**, além de propostas da UE para **Energia e Materiais Primários, e PMEs**. No primeiro tema, a discussão teve como base *position papers* anteriormente apresentados por ambos os lados, sendo o mais recente aquele apresentado pelo Mercosul no último mês de setembro. Ambas as partes buscarão identificar áreas de convergência, assim como os pontos de divergência, por meio da apresentação de novos textos, com vistas a dar continuidade à discussão em março. No que toca a PMEs, a UE apresentou proposta de texto e o debate subsequente envolveu questões como definições de PMEs, obrigações de transparência acerca de regulações locais, nível de detalhamento de websites, e funções dos pontos focais.

Buenos Aires recebe visita de deputados europeus após rodada

Semanas após as negociações, uma delegação de deputados do Comitê de Comércio Internacional do Parlamento Europeu (INTA) realizou [visita à Argentina](#). Na ocasião, a deputados encontraram-se não somente com representantes ministeriais do país, mas também se reuniram com organizações da sociedade civil, como sindicatos e *think tanks*, além de representantes do setor agrícola e da indústria. Segundo o presidente do Comitê, o deputado Bernd Lange (Alemanha), a visita permitiu aos deputados compreenderem a forma como a Argentina pretende “moldar” as negociações dentro do próprio Mercosul.

Em reunião do Comitê INTA no último dia 9 de novembro, apenas horas após a divulgação dos resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos, Lange afirmou que “dada a situação que se forma nos Estados Unidos, acordos como aquele com o Mercosul se tornam ainda mais importantes

[...] devemos estabelecer regras para os acordos de comércio”.

Segundo o deputado Pablo Zalba (Espanha) foram discutidos na visita “assuntos concretos” com sindicatos de trabalhadores e também representantes da indústria. Zalba ressaltou que o governo de Mauricio Macri busca implementar reformas estruturais a fim reposicionar a Argentina rumo ao crescimento econômico e, em particular, elevar a competitividade da indústria doméstica, “preparando-a para competir com a Europa”.

O deputado Santiago Fisas Ayxelà (Espanha), também membro da delegação, ressaltou em debate no Comitê que argentinos parecem bastante abertos ao Acordo, e que aparentam possuir mais diferenças com os demais membros do Mercosul do que com a própria UE.

Acordos comerciais e parcerias: atualização

■ TiSA

A [21ª Rodada de Negociações do Trade in Services Agreement \(TiSA\)](#) teve lugar em Genebra, de 2 a 10 de novembro, organizada e presidida pela União Europeia. Questões pendentes a nível técnico foram discutidas pelos Negociadores-Chefe e Chefes de Delegação, dentre as quais: transparência, serviços financeiros, telecomunicação, comércio eletrônico e transporte.

Negociadores previam a conclusão do Acordo em rodada agendada para os dias 5 e 6 de dezembro. Diante das diferenças que persistem entre a UE e os Estados Unidos quanto a fluxo de dados e abertura para os chamados “novos serviços”, negociadores optaram por cancelar a rodada, admitindo não ser possível a conclusão do Acordo ainda este momento.

■ EGA

A [17ª rodada de negociações do Environmental Goods Agreement \(EGA\)](#) ocorreu de 16 a 20 de outubro em Genebra. Membros discutiram na rodada 15 produtos sobre os quais restam divergências, de uma lista contendo 304 produtos a serem cobertos pelo Acordo, apresentada no último mês de julho. Israel e China, por exemplo, pressionam pela permanência de bicicletas e peças para bicicletas na lista, enquanto a UE demanda a remoção dos mesmos, visto que países como Itália, França e Alemanha -também produtores- afirmam que a produção chinesa de bicicletas é subsidiada. A celebração do acordo era esperada para os dias 3 e 4 de dezembro, porém, com as divergências ainda não resolvidas, a assinatura do acordo foi adiada para 2017.

■ Equador

O [Protocolo](#) de Acessão do Equador ao Acordo de Comércio UE-Colômbia/Peru foi assinado no último dia 14 de novembro pela Comissão e Presidência do Conselho da UE, juntamente com o Vice-Presidente do Equador. O Acordo eliminará tarifas para todos os produtos industriais e pescados, aumentará o acesso a mercado para produtos agrícolas e contratos públicos, e reduzirá barreiras técnicas ao comércio. Dentre as principais exportações do Equador a se beneficiarem estão pescados, flores cortadas, café, cacau, nozes e frutas. Do lado europeu, os principais setores beneficiados serão automóveis e máquinas. A redução tarifária se dará ao longo de 17 anos. A UE liberalizará 95% das linhas tarifárias na entrada em vigor do Acordo – para o Equador esta parcela é de 60%. A [estimativa da UE](#) é que, uma vez implementado o Acordo, exportações do Equador terão economia anual de 248 milhões de euros devido à redução tarifária. Para as exportações europeias a economia seria de 106 milhões. O Parlamento Europeu ainda deve aprovar o Acordo antes de iniciar a aplicação provisória, prevista para 1 de janeiro de 2017. O Acordo mantém aberta a possibilidade de acessão da Bolívia.

■ TTIP

A vitória nas eleições de Donald Trump, cuja campanha foi permeada por ressalvas aos acordos de comércio, trouxe incerteza ao futuro do TTIP, cuja negociação deverá agora entrar em uma pausa. “Provavelmente o TTIP estará no congelador por algum tempo. O que vai acontecer quando descongelar, teremos que esperar para ver”, foram as palavras da Comissária Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, em pronunciamento no Parlamento Europeu. Apesar das incertezas, líderes na UE deixam clara sua disposição política de prosseguir com o Acordo. [Em um comunicado oficial](#) após as eleições dos Estados Unidos, os presidentes da Comissão, Jean-Claude Juncker, e do Conselho da UE, Donald Tusk, sublinharam a importância da “cooperação estratégica” entre a UE e os Estados Unidos “dos esforços conjuntos em segurança energética e mudanças climáticas... até as negociações do TTIP”.

OMC: UE aposta em reformas de instrumentos de defesa comercial para enfrentar aço chinês

As instituições europeias estão correndo contra o tempo para reforçar seus instrumentos de defesa comercial. A pressão – vinda do Parlamento, de Estados-Membros, mas principalmente das ruas – aumenta conforme se aproxima a data de expiração de partes do Protocolo de Acesso da China à OMC, em 11 de dezembro, a partir de quando o país passará a demandar tratamento de economia de mercado para fins do cálculo de margem de dumping.

No mês de novembro, milhares de manifestantes tomaram as ruas de Bruxelas clamando por maior proteção ao setor do aço. Em discurso no Parlamento Europeu, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, urgiu a parlamentares e representantes dos Estados-Membros a apoiar a Comissão no fortalecimento dos instrumentos de defesa comercial. “A UE deve poder responder ao dumping de maneira tão contundente quanto os Estados Unidos”, afirmou.

Diferentemente dos Estados Unidos, no entanto, a UE possui em sua legislação uma lista de países considerados economias não de mercado para fins de cálculo antidumping. Esta inclui a China. A mudança no método de cálculo somente pode ocorrer, portanto, por meio de processo legislativo.

Beijing defende que a expiração parcial do Protocolo significa que os demais membros da Organização deverão automaticamente passar a levar em conta preços e custos domésticos na China como base de cálculo de margem de dumping – e não mais dados de países terceiros, como ocorre atualmente.

Os chefes de comércio europeus buscam assim conciliar, de um lado, a pressão interna em setores como o aço e, de outro, o risco de retaliação do seu segundo maior parceiro comercial. Para tanto, as instituições europeias decidiram agir em dois frentes: a modernização dos instrumentos de defesa comercial (TDIs) e a adoção de nova metodologia para cálculo antidumping.

Proposta de modernização dos instrumentos de defesa comercial ganha tração entre Estados-Membros

A [proposta de modernização](#) dos TDIs se encontra bloqueada no Conselho desde 2013 devido à divisão entre Estados-Membros quanto à *Lesser Duty Rule* (LDR), regra que restringe a aplicação de tarifas antidumping ao nível necessário à prevenção do dano à indústria, podendo esta ser inferior à margem de dumping ou de subvenção constatada.

A proposta da Comissão propunha limitar a aplicação da LDR, e foi alvo de forte resistência de Estados-Membros como Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Finlândia, que temem o aumento nos preços de materiais primários. De outro lado, países como França, Alemanha e Itália, defendiam restrições à aplicação da regra de modo a permitir tarifas antidumping mais elevadas.

Este impasse persistiu até período recente. Em reunião informal do Conselho em Bratislava no último mês de setembro, treze Estados-Membros se posicionaram a favor da proposta, enquanto doze se mostraram contra.

Nas últimas semanas, no entanto, progresso foi reportado após apresentação de [novo pacote](#) no último dia 11 de novembro, pela Eslováquia, que atualmente ocupa a presidência do Conselho. O documento inclui partes da proposta original da Comissão, determinando por exemplo que a LDR não se aplique a casos antisubsídio. Nos casos antidumping, a proposta eslovaca determina que a LDR poderá deixar de ser aplicada nos casos “excepcionais e estritamente definidos” em que haja distorções de preços, induzidas pelo Estado, a materiais primários e energia, por meio de tarifas de exportação, restrições à exportação e sistemas de dupla afiação de preços.

Apesar de similaridades com o pacote apresentado em 2014 pela então presidência italiana – que não logrou aprovação –, a proposta da presidência

eslovaca parece ter angariado maior apoio, possivelmente devido à agravação dos anseios relativos ao setor de aço. Os Países Baixos, por exemplo, até então opostos à proposta, consideraram nesta última semana mudar sua posição após pedidos do Parlamento Nacional por maior proteção contra dumping.

Os Ministros de Comércio aprovaram o documento como base para discussão a fim de se alcançar uma “abordagem geral” em reunião do Conselho Europeu de 20 a 21 de dezembro. A partir de então teria início o diálogo interinstitucional com o Parlamento e a Comissão de modo a se chegar a proposta final de legislação a ser adotada.

Proposta de lei antidumping gera dúvidas quanto à compatibilidade com a OMC

Na mesma semana em que foi apresentado o novo pacote no Conselho, a Comissão adotou proposta na qual sugere um novo método para cálculo antidumping que se aplicaria a todos os membros da OMC, evitando assim alegações de discriminação. O documento estabelece a eliminação da lista de países considerados economia não de mercado, e determina que nos casos em que forem constatadas “distorções significativas”, o valor normal deverá ser construído com base em “preços ou referência não distorcidas”, como “preços internacionais” ou custos de produção e venda em “país representativo apropriado”.

A Comissão propõe no documento que a determinação de “distorções significativas” leve em conta fatores como a medida na qual o mercado em questão é servido por empresas estatais, a escala em que empresas possuem “interferência” do Estado no estabelecimento de preços, a existência de políticas públicas que “discriminem” a favor de fornecedores domésticos, entre outros.

Não fica claro como estes indicadores seriam medidos.

A metodologia proposta pela Comissão foi recebida com ceticismo por ser a mesma utilizada pela UE na [determinação de dumping na exportação de biodiesel pela Argentina](#) – cálculo que foi contestado em Painel na OMC e mais recentemente também pelo Órgão da Apelação da Organização. Segundo relatório deste último, os preços da soja utilizados no cálculo “não representaram” o real custo da matéria prima na Argentina. Ademais, o documento determina que a UE agiu de modo inconsistente com as regras da OMC ao não construir o valor normal a partir dos custos domésticos de produção, com base na alegação de que “os preços da soja na Argentina seriam mais baixos que preços internacionais devido ao sistema de tarifas à exportação”.

Entre grupos políticos, as reações foram mistas. O Partido Popular Europeu (PPE) expressou apoio à proposta. “Agora temos que garantir que o novo Regulamento antidumping seja *WTO-proof* e que leve em conta *case law* recente” afirmou o eurodeputado Christopher Fjellner (PPE, Suécia), em referência ao caso contra a Argentina. O grupo político dos Sociais-Democratas no Parlamento Europeu criticou as medidas propostas pela Comissão, em particular o conceito de “distorções significativas”, que não é definido pela OMC, e que deixaria ampla discricção aos serviços da Comissão.

Após a adoção da comunicação pelo Colégio de Comissários no último dia 9 de novembro, a proposta passa tramitar nas demais instituições. No último dia 11 de novembro, houve uma troca de impressões inicial sobre a proposta no Conselho. Já o Parlamento irá apontar relator para o dossiê em dezembro, e a partir de então iniciar discussões.

Bruxelas em movimento

Risco de veto ao Acordo UE-Canadá traz incerteza à política comercial do bloco

A recente conclusão do Acordo UE-Canadá (CETA) marcou o início de um período de reflexão sobre a política comercial na Europa. Após sete anos de negociações, a assinatura do Acordo, prevista para o dia 27 de outubro durante cúpula bilateral, foi colocada em jogo diante das manifestações populares que se proliferaram em capitais europeias.

Dias antes da data prevista para a assinatura do Acordo, o parlamento da Valônia, região da Bélgica, declarou-se contra o CETA e ameaçou vetá-lo por considerar que o mesmo não havia levado em conta suficientemente os anseios populares. Após uma série de reuniões emergenciais e aprovação de um documento interpretativo vinculante, Paul Magnete, Ministro-Presidente da Valônia, decidiu apoiar o Acordo, que foi assinado às pressas em cerimônia de cerca duas horas no domingo, dia 30 de outubro.

O poder de veto sobre o CETA, concedido à Valônia e demais parlamentos nacionais e regionais na UE, decorre do fato de que a Comissão, ao solicitar a assinatura do Acordo ao Conselho, recomendou que este fosse considerado como de competência mista - da UE e também dos 28 Estados-Membros. A manobra tinha o objetivo de engajar governos nacionais na defesa do Acordo, que se tornava crescentemente impopular, e refutar assim acusações de “déficit democrático” nas negociações.

O episódio jogou luz sobre um desafio há muito presente na condução da política comercial europeia: a falta de confiança dos cidadãos em acordos de comércio. Diante desta conjuntura, chefes de comércio da UE e de proeminentes organizações internacionais como OMC, FMI, UNCTAD, ITC e OCDE se reuniram no Parlamento Europeu no último dia 9 de novembro, a convite do presidente do Comitê de Comércio Internacional, o deputado alemão Bernd Lange (S&D), em debate acerca dos desafios à legitimidade da política comercial europeia.

Valores: Comissão promove política comercial como meio de “moldar” a globalização

Em vista do crescente sentimento anticomércio e antiglobalização através da Europa, a Comissão Europeia defendeu na ocasião que, mais do que uma ameaça a valores europeus, os acordos comerciais permitem a “regulação” do processo de globalização com base nos mesmos. O CETA seria um exemplo de como o bloco teria “ajustado a política comercial a fim de moldar a globalização”, segundo colocou a Comissária Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, durante o evento. Inovações introduzidas no Acordo em proteção de investimentos, por exemplo, seriam um primeiro passo rumo a mudanças globais nesta área. Do mesmo modo, o Acordo teria sido o mais ambicioso até o momento em matéria de desenvolvimento sustentável. “Este Acordo dá aos europeus uma voz no mundo” reafirmou a Comissária.

Joakim Reiter, Secretário-Geral Adjunto da UNCTAD, demonstrou maior cautela e enviou alertou à UE em sua atual abordagem, sobretudo em relação a países em desenvolvimento. “É ótimo que vocês tenham uma política comercial baseada em valores, mas não tentem ser reguladores missionários” declarou. Reiter destacou durante o encontro as dificuldades de se trazer novos temas à política comercial. Isto implicaria a inclusão de novos “eleitorados” à política comercial, os quais “não estão necessariamente confortáveis com a maneira com a qual a UE assina acordos de comércio” explicou Reiter.

Jeffrey Franks, Diretor do escritório do FMI na Europa, advertiu também a respeito dos limites à política comercial. “As pessoas não podem esperar que acordos de comércio resolvam tudo” afirmou Franks. Problemas com padrões trabalhistas deveriam ser abordados diretamente, segundo o representante do FMI, não podendo acordos de comércio servirem de “veículos” para tantas causas.

UE cobra maior envolvimento dos Estados-Membros

Subjacente à oposição aos acordos de comércio estaria a desconexão sistêmica entre Bruxelas e os cidadãos europeus na condução da política comercial. “Temos que reconhecer que a UE possui problemas de legitimidade”, afirmou a Cecilia Malmström durante o debate, ao salientar a importância do apoio popular na condução das políticas públicas.

Segundo Jeffrey Franks, o “consenso político” acerca dos benefícios do comércio, que serviram de fundação à formação da UE, estaria enfraquecido, com parte da população no bloco se percebendo prejudicada por acordos de comércio.

Neste contexto, Malmström ressaltou que governos nacionais seriam fundamentais na reconstrução do apoio popular à política comercial. Estes deveriam permanecer abertos aos seus parlamentos nacionais e participar ativamente do debate sobre acordos de comércio desde o princípio das negociações e não somente no momento da aprovação.

A mesma opinião foi expressada por parlamentares como Inmaculada Rodríguez-Pinero Fernandez (S&D, Espanha) e Artis Pabriks (PPE, Letônia), que lamentaram a falta de diálogo entre governos nacionais e seus cidadãos a respeito dos acordos de comércio em negociação.

A comunicação dos benefícios do livre comércio seria parte fundamental do engajamento a nível nacional. “Temos que abordar os medos dos cidadãos” explicou Malmström ao notar que comércio seria injustamente responsabilizado pelo desemprego causado em sua maior parte por tecnologia e automação.

Os demais palestrantes do evento convergiram neste ponto. “Um fantasma chamado tecnologia” como colocou Arancha González, Diretora Executiva do ITC, é que estaria por trás das mudanças ao atual sistema econômico, “sem estar sujeita a referendos ou protestos de rua”. González reiterou a necessidade de esclarecimento à população quanto a estes processos, mas concedeu as dificuldades desta tarefa no que chamou de um mundo “post-truth”, no qual fatos importariam menos do que percepções. Segundo González, os fatos seriam a melhor defesa ao comércio, e estes deveriam ser resgatados no debate.

AGENDA: Destaques de dezembro e janeiro de 2016/2017

12/12	Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
12-15/12	Estrasburgo, França <ul style="list-style-type: none">Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda provisória já está disponível.
16/01	Bruxelas, Bélgica <ul style="list-style-type: none">Formação do Conselho – Negócios Estrangeiros.
16-19/01	Estrasburgo, França <p>Sessão Plenária do Parlamento Europeu. A agenda estará disponível em breve.</p>